

ALFABETIZAÇÃO NO ENSINO REMOTO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL HOSPITALAR: desafios e possibilidades

Katiúscia Pereira da Silva Anjos¹

Fernanda Reis de Almeida²

Eixo temático: 10. Alfabetização e ensino remoto: desafios, aprendizados e perspectivas.

Resumo: O atendimento educacional em contexto hospitalar é uma modalidade de ensino que garante a inclusão das crianças em tratamento de saúde, favorecendo a continuidade do seu processo de escolarização. Assim, este relato de experiência tem como objetivo socializar os desafios enfrentados e as estratégias utilizadas no ensino remoto para mediar o processo de alfabetização e letramento de crianças que frequentam o ambulatório onco-hematológico e a Casa de Apoio do GACC, no município de Itabuna-BA. Trata-se de um trabalho de abordagem qualitativa, fundamentado em estudos teóricos, mediante discussão crítica-reflexiva sobre o fazer pedagógico desenvolvido pelas docentes no período pandêmico. Os dados emergiram da consulta a livros e artigos científicos, Plano de Ação Pedagógica do Regime Especial Domiciliar para o Ano Letivo de 2020/2021 e experiências vivenciadas. As mediações pedagógicas no contexto remoto têm contribuído para manter o vínculo das crianças com as docentes e ajudado a progredirem no seu nível de conceitualização da escrita e na elevação da autoestima daquelas que se percebem pela primeira vez, compreendendo o sistema de escrita alfabético.

Palavras-chaves: Ensino remoto; Alfabetização; Letramento.

Introdução

A longa durabilidade do processo de tratamento de saúde revela, por muitas vezes, uma ruptura com a vida escolar da criança devido às modificações na sua rotina diária. Idas

¹Mestre em Educação pela Uesc. Professora da Educação Básica do município de Itabuna-BA. Contato: katiusciaadosangel@gmail.com

²Especialização em Psicopedagogia Clínica, Institucional e Hospitalar, pela FACCEBA. Professora da Educação Básica do município de Itabuna-BA. Contato: nandaenadosilva@hotmail.com

e vindas aos consultórios da equipe de multiprofissionais da saúde, internamentos constantes, intercorrências, uso de medicamentos invasivos, mudança na aparência física podem provocar uma perda social relevante, impossibilitando-as assim de frequentar a escola.

Diante dessa realidade, é comum encontrarmos, no Atendimento Educacional Hospitalar e Domiciliar- ATEHD, crianças que estão no processo de alfabetização e necessitam de alguma intervenção pedagógica desde a aquisição do sistema alfabético de escrita até seus usos para a leitura e produção de textos.

O ATEHD é uma modalidade de ensino que garante a construção de aprendizagens das crianças que estão em processo de adoecimento e afastadas da escola devido ao tratamento de saúde, assegurando a manutenção do vínculo com seu processo de escolarização. Efetivou-se no município de Itabuna/BA desde 2003 e acontece mediante um convênio firmado entre a Secretaria de Educação, a Santa Casa de Misericórdia de Itabuna e o Grupo de Apoio à Criança com Câncer – GACC, entidade filantrópica, sem fins lucrativos, e é composto por uma equipe de multiprofissionais.

Em virtude da pandemia do coronavírus (Covid-19), um novo cenário nos foi apresentado. Diante das inseguranças e incertezas trazidas pelo vírus, foi necessário o isolamento social para evitar a propagação do contágio da doença. As crianças em tratamento de saúde, já em privação da interação social fora do hospital, ficaram impossibilitadas do convívio com seus pares e professores com a suspensão das aulas no espaço de tratamento de saúde.

Esse contexto impôs a necessidade de um novo formato de ensino, dando origem ao Ensino Remoto Emergencial, definido por Behar (2020, *on-line*) como “uma modalidade de ensino que pressupõe o distanciamento geográfico de professores e alunos e foi adotada de forma temporária nos diferentes níveis de ensino por instituições educacionais do mundo inteiro”. Os professores precisaram se adequar ao novo cenário, deslocando seu espaço de atuação docente do hospital para o ambiente virtual.

Assim, este relato de experiência tem como objetivo socializar os desafios enfrentados e as estratégias utilizadas no ensino remoto para mediar o processo de alfabetização e letramento de crianças que frequentam o ambulatório onco-hematológico e a Casa de Apoio do GACC Sul Bahia.

O artigo está organizado em três seções. Na primeira, contextualizamos o atendimento educacional no espaço hospitalar. A segunda seção apresenta uma discussão sobre alfabetização e letramento considerando os estudos de Soares (2020). E, por fim, a terceira relata a experiência do atendimento remoto às crianças em tratamento oncológico, tecendo um diálogo teórico crítico com autores que discutem o tema.

2 Estudar no hospital: alguns apontamentos

O direito de todos à educação é garantido na Constituição Federal (1989). Assim, o fato de a criança estar impossibilitada de frequentar a escola por conta de um tratamento de saúde não a isenta desse direito. Desde a Política Nacional da Educação Especial de 1994, o atendimento educacional no contexto hospitalar é apresentado como modalidade de ensino e direito dos estudantes que se encontram hospitalizados. O artigo 4A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996), introduzido em 24 de setembro de 2018, por meio da publicação da Lei 13.716, ratifica esse direito.

Assim, as Secretarias Estaduais ou Municipais de Ensino e os sistemas de saúde, por meio de ação articulada, são responsáveis por garantir o acesso à educação aos estudantes hospitalizados (BRASIL, 2002). A concretização desse direito oportuniza à criança a aprendizagem e o exercício do seu direito de cidadão.

Considerando que o hospital apresenta um espaço e tempo diferentes daquele da escola, a organização do trabalho pedagógico requer algumas adequações. Aliado a isso, a condição de saúde das crianças também precisa ser considerada ao se planejar o ensino. Simões e Saldanha (2016, p. 231) mencionam a necessidade de adequações na escolha dos conteúdos e nas metodologias de ensino, a fim de “possibilitar que as competências próprias de cada estágio de desenvolvimento da criança possam ser contempladas, atendendo às necessidades e os interesses dos educandos”.

Podemos dizer que o ensino no hospital é desafiador para o professor, principalmente se considerarmos que os cursos de licenciatura têm como foco o processo de ensino no espaço escolar. O exercício da docência, em particular a alfabetização, nesse espaço, suscita a necessidade de pensar e organizar a prática pedagógica de forma diferente, para que os interesses e necessidades das crianças em tratamento de saúde sejam atendidos.

A continuidade do processo de escolarização da criança no hospital vai além do benefício cognitivo, permite um reencontro do sujeito com seu lado saudável, com a ideia de que a vida continua e de que esse momento vai passar (DANTAS, 2020, p. 228). O ser humano, enquanto ser biopsicossocial, precisa ser estimulado por completo, pois, quando um desses aspectos não está bem, os demais, de alguma forma, são afetados. Estudar no hospital beneficia a criança em sua integralidade.

3 Alfabetização e Letramento: aproximações

A prática pedagógica no contexto educacional apresenta, ao longo do tempo, alguns desafios relacionados às concepções teóricas e metodológicas sobre alfabetização. Mas foi

somente a partir do final da década de 80 que alfabetizar letrando, perspectiva defendida por Soares (1998), ocupou o centro das discussões, mostrando a necessidade de um ensino com maior aproximação da realidade social, cultural e cotidiana do aluno.

Desde então, Soares (2020) apresenta a diferenciação entre o conceito de alfabetização e letramento e defende que, embora sejam processos distintos, ocorrem de forma simultânea. Conforme a autora, o primeiro conceito diz respeito à apropriação da escrita, acontece quando o aprendiz tem domínio de habilidades e procedimentos necessários para prática de leitura e escrita, enquanto letramento é a capacidade de inserir a escrita nas práticas sociais.

Nessa abordagem do alfabetizar letrando está situada a leitura de diferentes gêneros textuais como práticas de letramento para orientar a criança valorizando seus conhecimentos prévios, tão importantes para o processo da alfabetização. Assim, ao se apropriar do sistema de escrita alfabética, o aprendiz estará envolvido em situação de leitura e escrita imediatamente relacionada à finalidade e ao contexto de produção do conhecimento.

Para Soares (2020, p.27), “a criança aprende a ler e escrever se envolvendo em atividades de letramento, de leitura e produção de textos reais, de práticas sociais de leitura e de escrita”. Nesse sentido, o professor alfabetizador precisa lançar mão de um planejamento flexível e articulado, elaborado com ações específicas para cada aluno. Diagnósticos iniciais e periódicos são imprescindíveis para uma resposta pedagógica assertiva; estes devem ser estruturados para nortear as atividades que serão desenvolvidas e que permitam o progresso da aprendizagem (SOARES, 2020).

No atendimento oferecido na classe hospitalar, percebemos a necessidade de pesquisas e estudos acerca desta temática na formação em serviço com os professores devido a um número expressivo de crianças em tratamento de saúde que se encontram ainda em processo de aquisição e consolidação da leitura e escrita.

4 Alfabetização no ensino remoto: experiências do atendimento educacional hospitalar

Este estudo consiste em um relato de experiência a partir do trabalho pedagógico das professoras do Atendimento Educacional Hospitalar e Domiciliar - ATEHD da Rede Municipal de Ensino de Itabuna-BA, fundamentado em estudos teóricos, de análise qualitativa, descritiva. O cenário foi o ensino remoto realizado junto às crianças que frequentam o Ambulatório Onco-hematológico e a Casa de Apoio do GACC Sul Bahia, no ano de 2020 e nos meses de fevereiro a maio de 2021.

Com a situação pandêmica da Covid-19 no ano de 2020, o atendimento educacional hospitalar ficou impossibilitado de realizar suas atividades presencialmente. No município de

Itabuna-BA, após três meses de paralisação dos atendimentos educacionais às crianças em tratamento oncológico, o trabalho foi retomado na modalidade remota. Assim, em atendimento à deliberação do Conselho Estadual de Educação – Bahia CEE, Resolução nº 27, de 25 de março de 2020 - Regime especial domiciliar/Coronavírus (Covid-19), foi elaborado o Plano de Ação Pedagógica Emergencial 2020/2021.

Frente a essa nova realidade, o desafio estava posto, principalmente na situação de pensar e mediar o processo de aprendizagem de crianças em fase de alfabetização, o que exigiu muita reflexão do professor sobre como planejar aulas remotas, elaborar estratégias de ensino relacionadas à alfabetização nessa modalidade, tendo em vista se tratar de uma realidade nunca antes vivenciada.

O ponto de partida do Plano de Ação Pedagógica Emergencial foi fazer o levantamento das crianças que tinham acesso à internet e possuíam celular, *tablet*, computador ou *notebook* que pudesse ser utilizado nos atendimentos educacionais. Cada professora fez contato com o responsável pelo seu aluno para apresentar a proposta de ensino remoto e averiguar a disponibilidade da família para acompanhar a criança durante as aulas. A família indicava qual o melhor dia e horário para aula.

O primeiro atendimento é realizado com o responsável pela criança. Na oportunidade, é feita uma anamnese para conhecer um pouco a história e o contexto em que vive o educando. No atendimento seguinte, já com a criança, é realizada a avaliação diagnóstica com o fim de identificar, dentre outros conhecimentos, o seu nível de desenvolvimento da escrita. Com base nesse diagnóstico, “[...] podem ser definidos procedimentos de mediação pedagógica que estimulem e orientem as crianças a progredir, a avançar de um nível ao seguinte [...]” (SOARES, 2020, p. 57).

Com base em tal avaliação, é organizado um *kit* pedagógico que contém, além de alguns materiais de livraria, alfabeto móvel, jogos pedagógicos e atividades. Esses *kits* são entregues no ambulatório ou na Casa de Apoio do Gacc, no dia agendado com a família, respeitando os protocolos sanitários. Os materiais dos *kits* são utilizados durante as aulas, sob a orientação docente.

As aulas, inicialmente, tinham duração de 30 minutos. Com o tempo, foi aumentando, mas respeitando sempre a disposição da criança no dia. Concordamos com Fonseca (2015) que o trabalho pedagógico que é pautado nos interesses e necessidades das crianças que estão doentes o tempo de duração é irrelevante. Assim, a continuidade do processo de aprendizagem e desenvolvimento foi assegurada às crianças mesmo na modalidade remota e com tempo de duração reduzido.

Nessa trajetória, alguns desafios têm se apresentado, tais como problemas com a conexão de internet; realização da avaliação diagnóstica e intervenção de forma *on-line*; a

ausência, sem aviso prévio, das crianças no dia e horário marcados para a aula, etc.

Apropriar-se das ferramentas tecnológicas também tem sido um grande desafio para o professor, o que gerou novas demandas como “[...] a capacitação para o domínio da nova ferramenta, aperfeiçoar e/ou rever seus planejamentos de aula, face à nova metodologia proposta pelas instituições” (BARBOSA; VIEGAS; BATISTA, 2020, p. 267). Com isso, tornou-se necessária uma dedicação maior de tempo do docente para a organização das atividades e planejamento.

Na maioria das vezes, as aulas são realizadas por meio de chamada de vídeo do *Whatsapp*. As práticas pedagógicas realizadas têm como foco a alfabetização e o letramento, tendo o texto como eixo principal, pois coadunamos com Soares (2020) que devemos alfabetizar e letrar de forma indissociável e simultânea. Assim, as atividades têm como ponto de partida um texto, que é escolhido considerando o interesse da criança e o seu nível linguístico e cognitivo (SOARES, 2020). A partir da contação de uma história, leitura de uma parlenda ou cantiga de roda, é precedida a interpretação e compreensão do texto.

Além das atividades enviadas no *kit*, durante as aulas, também são realizados jogos interativos, *on-line*, em que professores e crianças brincam e exploram as sonoridades das palavras, sílabas ou letras, bem como a identificação da grafia das palavras. Nesse curto período, já foi possível observar avanços no conceito de escrita das crianças e o entusiasmo daqueles que se percebem descobrindo o mundo da escrita.

A avaliação da aprendizagem acontece continuamente durante cada atendimento educacional, em que é registrado o desempenho da criança na atividade e as dificuldades encontradas. Ao final de cada semestre, é elaborado um relatório descritivo, em que é relatado o seu desempenho nas atividades realizadas, os avanços na aprendizagem e em que ainda precisam ser estimuladas. Esse relatório é entregue ao responsável da criança e encaminhado à escola de origem.

Defendemos que o ensino presencial jamais poderá ser substituído pelo ensino remoto, principalmente pelo papel relevante da interação social na aprendizagem e desenvolvimento. Mas acreditamos que podemos usar as ferramentas digitais para manter o vínculo com as crianças e garantir o seu direito de aprender, ainda que em espaço e tempo diferentes daqueles desejados.

5 Considerações Finais

As práticas pedagógicas *on-line* no atendimento educacional hospitalar voltadas para alfabetização têm sido marcadas por desafios, exigindo do professor que busque

implementar, na sua prática, as tecnologias digitais, que se tornaram um instrumento fundamental e exige dos docentes ações transformadas e ressignificadas a partir dos diferentes tipos de dispositivos eletrônicos.

As ferramentas tecnológicas contribuem não apenas para a aprendizagem, resgatam a conexão entre aluno e professor e aproxima pessoas do seu contexto social, via internet. Além disso, provoca sensações que são opostas ao medo, solidão e ansiedade, e favorece a manutenção do elo com as possibilidades que estão fora do hospital. Oferece novas possibilidades de ensinar, alfabetizar, aprender, interagir, construir conhecimentos, agregando conteúdos, linguagens, pensamentos que favorecem a reflexão e a alfabetização desses sujeitos que estão, por um longo período, privados de hábitos que eram comuns na sua rotina antes do adoecimento.

Referências

BAHIA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução CEE N.º 27, de 25 de março de 2020.** Orienta as instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino sobre o desenvolvimento das atividades curriculares, em regime especial. Disponível em:

<http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/homologadares272020.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BARBOSA, A. M.; VIEGAS, M. A. S; BATISTA, R. L. N. F. F. Aulas presenciais em tempos de pandemia: relato de experiências de professores do nível superior sobre as aulas remotas. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 51, p. 255 – 280, jul/out. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15202/1981896.2020v25n51p255e1> ISSN: 2526-9062. Acesso em: 25 de jun. 2021.

BEHAR, Patricia Alejandra. **O ensino remoto emergencial e a educação a distância.** Rio Grande do Sul: UFRGS, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a--distancia/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial:** livro 1. Brasília, DF: MEC/SEESP, 1994. Disponível em: <https://inclusaoja.files.wordpress.com/2019/09/polc3adtica-nacional-de-educacao-especial-1994.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar:** estratégias e orientações. Brasília: MEC/SEESP, dez. 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro9.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.716, de 24 de setembro de 2018.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para assegurar atendimento educacional ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde

em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13716.htm. Acesso em: 8 jun. 2019.

DANTAS, Jaqueline L.L. “Viver é muito perigoso” a prática pedagógica hospitalar em tempos de pandemia: uma reflexão à luz de Grande Sertão: Veredas. **Pedagogia em Ação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1 (1 sem. 2020). p. 226-236. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:OtdqavGtpS8J:periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/23766/16781+&cd=5&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 24 jun. 2021.

FONSECA, E. S. da. Classe hospitalar e atendimento escolar domiciliar: direito de crianças e adolescentes doentes. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 4, n. 1, jan./jul. 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/31308/17042>. Acesso em: 18 mar. 2020.

SIMÕES, R.; SALDANHA, G. M. M. M. Prática pedagógica docente em ambiente hospitalar: facilidades e dificuldades. **Revista Comunicações Piracicaba**, v. 23, n. 2, p. 225-244, maio-ago. 2016. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/2873/1758>. Acesso em: 28 mar. 2020.

SOARES, M. **Letramento**: Um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOARES, M. **Alfabetrar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.